

NEWSLETTER JULHO 2015



An Independent Member Of
BKR International - In principal
cities worldwide

www.mca.pt

www.bkr.com

Sede: Lisboa
R. Visconde Moreira de Rey, 14
Linda-A-Pastora
2790-447 Queijas

Telf. 21 424 88 40
Fax. 21 424 88 50

Delegações:
Olhão e Portalegre

EM DESTAQUE

Em junho, o Decreto-Lei nº 98/2015, transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e relatórios conexos, alterando o Decreto-Lei 158/2009, o Código das Sociedades Comerciais e o Decreto-Lei 36-A/2011.

No seguimento deste decreto, e decorrente da transposição da referida Diretiva, foram publicados em julho todos os diplomas legais referentes às alterações ao SNC:

- Código de contas
- Novos modelos de demonstrações financeiras
- Estrutura conceptual
- Norma Contabilística para Microentidades
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades
- Normas interpretativas
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo

De salientar que estas normas são **aplicáveis** aos períodos que se iniciem em ou após **1 de janeiro de 2016**.

LEGISLAÇÃO FISCAL

ZONA FRANCA DA MADEIRA – ALTERAÇÕES AO ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS

A Lei nº 64/2015 aprova o novo regime especial aplicável às entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira a partir de 1 de janeiro de 2015, e altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 215/89](#), de 1 de julho.

[Lei n.º 64/2015 - Diário da República n.º 126/2015, Série I de 2015-07-01](#)

IRS - ALTERAÇÃO

A Lei nº 67/2015, altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 442-A/88](#), de 30 de novembro, alargando o âmbito da dedução das despesas de saúde e clarificando as relativas a despesas com creches.

[Lei n.º 67/2015 - Diário da República n.º 129/2015, Série I de 2015-07-06](#)

DECRETO-LEI Nº 124/2015 – TRANSPÕE PARCIALMENTE PARA A ORDEM JURIDICA INTERNA A DIRETIVA Nº 2011/61/EU E A DIRETIVA 2013/14/EU E ALTERA DIVEROS CÓDIGOS

O presente Decreto-Lei consagra medidas nacionais para a transposição da [Diretiva n.º 2011/61/UE](#), de 8 de junho, da [Diretiva n.º 2013/14/UE](#), de 21 de maio, da [Diretiva n.º 2014/51/UE](#), de 16 de abril, e da [Diretiva n.º 2003/71/CE](#), de 4 de novembro, todas do Parlamento Europeu e do Conselho, alterando-se respetivamente o regime jurídico dos fundos de pensões, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 12/2006](#), de 20 de janeiro, o Código dos Valores Mobiliários, em matéria de prospeto a publicar em caso de oferta pública de valores mobiliários ou da sua admissão à negociação, e o Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo no âmbito da prestação das atividades transfronteiriças dos gestores de organismo de investimento alternativos.

[Decreto-Lei n.º 124/2015 - Diário da República n.º 130/2015, Série I de 2015-07-07](#)

IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS - ALTERAÇÃO

A Lei nº 68/2015 altera o Código do Imposto sobre Veículos, aprovado pela Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho, introduzindo uma isenção de 50 % em sede de imposto sobre veículos para as famílias numerosas.

[Lei n.º 68/2015 - Diário da República n.º 131/2015, Série I de 2015-07-08](#)

IRS – NOVOS MODELOS DE DECLARAÇÃO

A Portaria nº 201-A/2015 aprova a declaração Modelo n.º 37 - Juros e Amortizações de Habitação Permanente, prémios de Seguros participações em despesas de saúde, planos de Poupança Reforma (PPR) e Fundos de Pensões e Regimes Complementares - e respetivas instruções de preenchimento.

A Portaria nº 201-B/2015, aprova as declarações modelo 45 (comunicação de despesas de saúde), modelo 46 (comunicação de despesas de educação e formação), modelo 47 (comunicação de encargos com lares) e respetivas instruções de preenchimento, previstas no Código do IRS.

[Portaria n.º 201-A/2015 - Diário da República n.º 133/2015, 1º Suplemento, Série I de 2015-07-10](#)

[Portaria n.º 201-B/2015 - Diário da República n.º 133/2015, 1º Suplemento, Série I de 2015-07-10](#)

IVA – CRÉDITOS DE COBRANÇA DUVIDOSA

O Despacho n.º 265/2015 - XIX de determina que o prazo para a submissão do pedido de autorização prévia nos termos dos n.ºs 1 e 10 do Art.º 78.º do CIVA, para créditos vencidos durante o mês de janeiro de 2013 é 31 de julho de 2015.

[Despacho n.º 265/2015 - XIX de 17.07.2015, do SEAF](#)

OUTRA LEGISLAÇÃO

ALTERAÇÕES DE DIVERSOS DIPLOMAS

A Lei nº 69/2015, procede à segunda alteração às Leis n.os [50/2012](#), de 31 de agosto, [73/2013](#), de 3 de setembro, e [75/2013](#), de 12 de setembro, e à primeira alteração à [Lei n.º 53/2014](#), de 25 de agosto, e ao [Decreto-Lei n.º 92/2014](#), de 20 de junho, introduzindo clarificações nos respetivos regimes. Altera o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, regime jurídico das autarquias locais, regime jurídico da recuperação financeira municipal, regime jurídico das escolas profissionais privadas e públicas.

[Lei n.º 69/2015 - Diário da República n.º 137/2015, Série I de 2015-07-16](#)

TAXAS SUPLETIVAS DE JUROS DE MORA

As taxas supletivas de juros moratórios relativamente a créditos de que sejam titulares empresas comerciais, singulares ou coletivas, em vigor no 2.º semestre de 2015 são as seguintes:

- a) Nos termos do nº 3 do artigo 102.º do Código Comercial: 7,05%
- b) Nos termos do nº 5.º do artigo 102.º do Código Comercial e do Decreto -Lei n.º 62/2013, de 10 de maio: 8,05 %

[Aviso n.º 7758/2015 - Diário da República n.º 135/2015, Série II de 2015-07-14](#)

REGIME GERAL DAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E SOCIEDADES FINANCEIRAS - ALTERAÇÕES

A Lei 66/2015, procede à terceira alteração ao [Decreto-Lei n.º 27-C/2000](#), de 10 de março, trigésima sexta alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 298/92](#), de 31 de dezembro, quinta alteração ao [Decreto-Lei n.º 454/91](#), de 28 de dezembro, simplificando e padronizando o comissionamento de contas de depósito à ordem, e primeira alteração à [Lei n.º 23-A/2015](#), de 26 de março.

Por sua vez, o Decreto-Lei 140/2015 procede à trigésima sétima alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 298/92](#), de 31 de dezembro.

[Lei n.º 66/2015 - Diário da República n.º 129/2015, Série I de 2015-07-06](#)

[Decreto-Lei n.º 140/2015 - Diário da República n.º 148/2015, Série I de 2015-07-31](#)

SNC – ALTERAÇÕES DECORRENTES DA TRANSPOSIÇÃO DA DIRETIVA 2013/34/EU PELO DECRETO-LEI 98/2015, DE 2 DE JUNHO

A Portaria 218/2015, aprova o Código de Contas na sequência da publicação do Decreto-Lei 98/2015 de 2 de junho. O Código de Contas é constituído por:

- Quadro Síntese de Contas;
- Código de Contas; e
- Notas de Enquadramento.

O referido Código de Contas identifica as contas e respetivas notas de enquadramento de aplicação específica para todas as entidades sujeitas ao SNC, incluindo as entidades do setor não lucrativo e microentidades.

A portaria nº 220/2015, aprova os modelos de demonstrações financeiras para as diferentes entidades que aplicam o SNC.

O Aviso n.º 8254/2015, homologa a Estrutura Conceptual do Sistema de Normalização Contabilística. Esta Estrutura Conceptual aplica -se às demonstrações financeiras de todas as entidades comerciais, industriais e de negócios que relatam, sejam do setor público ou do privado.

O Aviso n.º 8255/2015 homologa a Norma Contabilística para Microentidades do Sistema de Normalização Contabilística.

O Aviso n.º 8256/2015 homologa as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística. É composto por 28 Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

O Aviso n.º 8257/2015 homologa a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades do Sistema de Normalização Contabilística.

O Aviso n.º 8258/2015 homologa as Normas Interpretativas do Sistema de Normalização Contabilística. Contém duas normas interpretativas.

O Aviso n.º 8259/2015 homologa a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo do Sistema de Normalização Contabilística.

[Portaria n.º 218/2015 - Diário da República n.º 142/2015, Série I de 2015-07-23](#)

[Portaria n.º 220/2015 - Diário da República n.º 143/2015, Série I de 2015-07-24](#)

[Aviso n.º 8254/2015 - Diário da República n.º 146/2015, Série II de 2015-07-29](#)

[Aviso n.º 8255/2015 - Diário da República n.º 146/2015, Série II de 2015-07-29](#)

[Aviso n.º 8256/2015 - Diário da República n.º 146/2015, Série II de 2015-07-29](#)

[Aviso n.º 8257/2015 - Diário da República n.º 146/2015, Série II de 2015-07-29](#)

[Aviso n.º 8258/2015 - Diário da República n.º 146/2015, Série II de 2015-07-29](#)

[Aviso n.º 8259/2015 - Diário da República n.º 146/2015, Série II de 2015-07-29](#)

Programas operacionais / Apoios

[Decreto Legislativo Regional n.º 4/2015/M - Diário da República n.º 126/2015, Série I de 2015-07-01](#)

Define as condições de aplicação do Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira - PRODERAM 2020.

[Portaria n.º 199/2015 - Diário da República n.º 129/2015, Série I de 2015-07-06](#)

Estabelece o regime de aplicação do apoio 6.2.2, «Restabelecimento do potencial produtivo», inserido na ação n.º 6.2, «Prevenção e restabelecimento do potencial produtivo», da medida n.º 6, «Gestão do risco e restabelecimento do potencial produtivo», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2015 - Diário da República n.º 132/2015, Série I de 2015-07-09](#)

Aprova o sistema de gestão e controlo dos fundos europeus do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 no domínio dos assuntos internos.

[Declaração de Retificação n.º 32/2015 - Diário da República n.º 133/2015, Série I de 2015-07-10](#)

Retifica a [Portaria n.º 172-A/2015](#), de 5 de junho, dos Ministérios das Finanças e da Educação e Ciência, que fixa as regras e procedimentos aplicáveis à atribuição de apoio financeiro pelo Estado a estabelecimentos de ensino particular e cooperativo de nível não superior, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 109, 1.º suplemento, de 5 de junho de 2015.

[Portaria n.º 200/2015 - Diário da República n.º 133/2015, Série I de 2015-07-10](#)

Terceira alteração à [Portaria n.º 297/2012](#), de 28 de setembro, que cria o Programa Formação-Algarve.

[Portaria n.º 201/2015 - Diário da República n.º 133/2015, Série I de 2015-07-10](#)

Estabelece o regime de aplicação da operação n.º 3.4.2, «Melhoria da eficiência dos regadios existentes», inserido na ação n.º 3.4, «Infraestruturas coletivas», da medida n.º 3, «Valorização da produção agrícola», integrada na área n.º 2, «Competitividade e organização da produção», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente.

[Declaração de Retificação n.º 33/2015 - Diário da República n.º 134/2015, Série I de 2015-07-13](#)

Retifica a [Portaria n.º 183/2015](#), de 22 de junho, dos Ministérios da Economia e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social que estabelece o enquadramento aplicável à medida INOV Contacto - Estágios Internacionais de Jovens Quadros, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 119, de 22 de junho de 2015.

[Portaria n.º 219/2015 - Diário da República n.º 142/2015, Série I de 2015-07-23](#)

Procede à segunda alteração da [Portaria n.º 357/2013](#), de 10 de dezembro, que estabelece, para o continente, as normas complementares de execução do regime de apoio à reestruturação e reconversão das vinhas (VITIS), para o período 2014-2018.

JURISPRUDÊNCIA

[Ofício-circulado n.º 20179/2015, de 10-07-2015 – Gabinete da Subdiretora-geral do IR e das Relações Internacionais](#)

Reforma do IRS 2015 – divulgação de FAQs

[Ofício-circulado n.º 90022/2015 de 17/07, Área de Cobrança – Gabinete do Subdiretor-geral](#)

Pagamento de retenções na fonte de IRS/IRC e imposto do selo – alterações de códigos. Aplicável a partir de 1 de julho de 2015.

[Circular 8/2015, de 27/7 da Direção de Serviços de Regulação Aduaneira \(DSRA\) e da Direção de Serviços do Imposto Sobre o Valor Acrescentado](#)

Esta circular trata do artº 788º das Disposições de Aplicação do Código Aduaneiro Comunitário (DACAC) e do artº 14º do Código do IVA (CIVA). Esclarece, relativamente à operação de exportação de mercadorias a determinação do exportador e comprovação da isenção em sede IVA.

A presente informação destina-se a ser distribuída entre clientes e colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta informação não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem expressa autorização do editor.

Caso deseje obter esclarecimentos adicionais contacte sroc@mca.pt